

A CONCEPÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

Larissa Ramalho Pereira¹

Carlos Nelson Reis²

Resumo: as reflexões ora propostas tratam acerca do tema movimentos sociais, com vistas a apresentar de maneira introdutória, diferentes perspectivas teóricas e suas repercussões no decorrer das últimas cinco décadas em âmbito mundial. O estudo é de caráter bibliográfico, recorrendo a literaturas que abrangem história, sociologia, filosofia e serviço social. Incita refletir sobre a realidade vivida, transcendendo a aparência, a superficialidade, estudando os movimentos sociais em sua natureza primeira. Só assim será possível encontrar respostas assertivas para agir de forma coerente e consciente no mundo. No cenário brasileiro, tem-se vivido momentos de intensas lutas e resistências, impulsionadas pela população jovem, que exige mudanças, tanto no que tange ao sistema político brasileiro, como questões referentes a valores, crenças e ideologias que a sociedade insiste em propagar. Porém, esses processos não se resolvem por meio de aparatos legais, decretos leis; é preciso que alternativas e/ou respostas assertivas sejam apresentadas à população, incitando-a à rupturas culturais em termos comportamentais. Nessa perspectiva os movimentos sociais importantes impulsionadores desses debates.

Palavras-chaves: Movimentos sociais. Teoria. História.

1 INTRODUÇÃO

Regra geral a história da civilização humana sempre registrou algum tipo de movimento social. Independentemente do modo de produção que rege o respectivo momento histórico alguma manifestação contrária aos ditames da época teve seu registro. No entanto, será na vigência do modo de produção capitalista que o formato de movimento social a partir de diferentes segmentos sociais será conhecido.

Na contemporaneidade, desde a consolidação da relação imanente ao conflito capital versus trabalho, e, principalmente pós Revolução Francesa estes tipos de acontecimentos vem, pelos mais diferentes motivos e situações advindas dos enfrentamentos entre o capital e o trabalho, tendo seus respectivos registros históricos. Pontuando no tempo recente, tem-se que desde a segunda metade do século XX e

¹ Doutoranda do PPGSS/PUCRS da Escola de Humanidades.

² Economista e Professor titular Permanente do PPGSS/EH e do PPGE/EN/PUCRS.

primeiras décadas do século XXI que se observa a ocorrência de propagação de manifestações de movimentos sociais. Um exemplo de registro histórico, foi a eclosão em Paris, França, do movimento estudantil de 1968, que neste ano de 2018 completa cinquenta anos.

Via de regra, as manifestações se concretizam a partir de frustrações de segmentos da sociedade que buscam estabelecer melhores condições em um capitalismo que cria socialmente o possível, mas que, na mesma medida, eleva o parâmetro de acesso à produção e conseqüentemente à riqueza gerada.

Tais movimentos têm apresentado diferentes formas de organização e considerável diversidade de pautas reivindicativas. Tendo em vista a incapacidade das instituições burocráticas já instituídas, em atender e lidar com as demandas populares em célere crescimento. Diante deste cenário de insatisfações e reivindicações, agudizam-se os movimentos sociais que pelas vias de organizações representativas de classes vem agilizando e fortalecendo poderosa das ações coletivas.

Portanto, não se trata de nenhum fenômeno social novo ou mesmo da era da revolução científica e tecnológica, pois como já referido é no percurso da história humana que ele se constitui e se reconstitui sob características e formas de interação social distintas. Seus atores e bandeiras de lutas podem ou não serem as mesmas, pois algumas findaram e outras ainda não foram superadas. Fundamental é apreender a essência desses processos sociais, os quais envolvem tanto aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos.

É nesta perspectiva que o presente artigo objetiva refletir, ainda que de maneira introdutória, diferentes perspectivas teóricas acerca dos movimentos sociais e suas repercussões no decorrer da história, para tanto organiza-se o texto em dois itens: no primeiro se desenvolve a construção teórica do significado dos movimentos sociais, articulando um diálogo com diferentes autores com notória produção neste campo de estudo, enquanto que no segundo item se discorre pontualmente sobre o processo histórico da constituição dos movimentos sociais, com destaque àqueles considerados de maior relevância histórico-social. Por fim, algumas considerações finais.

2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO SIGNIFICADO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A leitura dos movimentos da história da civilização humana permite a nítida percepção de que ela é feita de contradições que ora sinalizam avanços e ora retrocessos. Por exemplo, ao deter o foco no segmento científico, que, nos dois últimos séculos, têm concretizados expressivos avanços, até prova em contrário, somente o homem é capaz de mudar o seu futuro, se olhar para o passado e compreender que é fruto deste; e que, no curso da história o futuro se transforma em presente e este, no momento seguinte, em passado. Ao se aceitar essa noção de interpretação temporal se conclui da necessidade, para qualquer análise contemporânea dos fenômenos da sociedade atual, compreender suas origens, principalmente quando se trata de movimentos sociais. Deste modo, a presente seção se propõe a construir o significado teórico dos movimentos sociais, a partir de diferentes correntes histórico-teóricas que sustentaram as discussões ao longo dos últimos anos.

Para a literatura de sociologia acadêmica, a partir de 1940, os movimentos sociais se caracterizam como sendo “um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano em comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (SCHERER-WARREN, 1987, p.12). Já para a sociologia marxista, não acadêmica, os movimentos sociais formados a partir de classes sociais se caracterizam a partir da perspectiva da “necessidade de organização e da comunidade de interesses de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta ou um programa de transformação social” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 13).

Os movimentos sociais, via de regra, se caracterizam como uma força ascendente, incisiva e decisiva nas sociedades, considerando que são numerosos e quase sempre requerem mudanças, ainda que superficiais, em algumas situações.

Na América Latina, surgem, a cada dia, um número sempre crescente, de frentes populares e organizações de base, comitês de defesa dos cidadãos e associações de vizinhos, que funcionam conjuntamente, ou de modo totalmente independente, aos partidos tradicionais das esquerdas. Na Europa ocidental há movimentos pacifistas, ecológicos e de iniciativa cívica em permanente ascensão, os quais já não podem ser

canalizados pela gama existente de partidos estabelecidos (KÄRNER, 1987, p. 19)

Ou seja, os movimentos estão presentes na história da civilização, no entanto, é a partir do século XVIII com o início da forma de produção capitalista que tais acontecimentos passam a fazer parte da paisagem dos centros urbanos. No que compreende as perspectivas sociológicas, acadêmica e marxista, para analisar os movimentos sociais há a “natureza de sua ação para transformação, da natureza de sua dinâmica (ou seja, de sua práxis); de sua proposta de transformação (seu projeto); dos princípios que orientam esta proposta (sua ideologia); e dos condutores do movimento (sua direção ou organização) ” (SCHERER-WARREN, 1987, p.13). Considerando práxis, projeto, ideologia e organização ou direção social, enquanto categorias fundamentais de análise para interpretar a ação dos movimentos sociais na busca pela transformação social, tendo em vista que essa deva ser seu objetivo fim. As ações fomentadas pelos movimentos podem ser tomadas como “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas” (GIDDENS, 2005, p.357), opondo-se às organizações burocráticas – estatais ou não – já estabelecidas.

Neste sentido, apreender “a práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade) [...] A realidade humano-social é criada pelas práxis” (KOSIK, 1976, p. 202). Ou seja, uma realidade em constante transformação social, desde que essa acompanhe uma consciência social, em direção de um projeto.

No que tange ao projeto, esse abrange a procura do que o grupo, ou movimento social, quer modificar na realidade social. “O projeto pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presentes em seu cotidiano” (SCHERER-WARREN, 1987, p.16). Esses grupos são de diferentes formas e abrangências; podendo ser pequenos, os quais contam com poucos adeptos; ou grandes, congregando milhares ou até milhões de pessoas, e o que não lhes difere é o potencial de ação coletiva, uma das mais poderosas, presente em sociedade. Ou, ainda,

[...] como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas

demandas. Na ação concreta essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2013, p. 13).

Entretanto, a composição social de um movimento social não representará necessariamente uma classe homogênea, ou mesmo não se reconhecerá como militância formal nem capacidade hierarquizada de decisão. Muito embora deva perpassar uma ideologia dirigida a um mesmo horizonte, a ideologia refere-se a um conjunto de ideias, crenças, mitos, representações, entre outros que se referem à sociedade de classe³. Esse conjunto é utilizado dentro de um sistema social a favor da classe dominante que o utiliza para subjugar a outra, dissipando uma falsa consciência de classes. Em outra perspectiva, encontra-se o ponto de vista de que a ideologia é um importante instrumento de luta (LUKÁCS, 1974).

O conceito de ideologia aqui será entendido neste sentido abrangente, como uma possível unidade de contrários. Suponho, assim, que as classes subalternas vivem a contradição ideológica entre sua submissão à ideologia dominante e às formas de consciência que correspondem à sua situação social e aos seus interesses específicos de classe [...]. Em se tratando de movimentos sociais, denominarei de ideologia os princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de carácter classista que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto (SCHERER-WARREN, 1987, p. 17-18).

Neste contexto, há que existir condições mínimas para o surgimento de um movimento social, em especial, um dos primordiais, a possibilidade de comunicação e expressão coletivas, “quanto mais sejam impedidas essas possibilidades por estruturas sociais totalitárias, tanto mais improvável será o surgimento de movimentos sociais” (KÄRNER, 1987, p. 25). Mesmo diante de estruturas totalitárias, os movimentos sociais surgem como forças sociais organizadas contra hegemonias que denunciam processos sociais exploratórios e excludentes, produzindo uma nova dinâmica social.

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de carácter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política

³ Para um maior aprofundamento ver: SCHERER-WARREN, KRISCHKE (1987); KÄRNER (1987); GOHN (1998).

que vão sendo construídos no processo interativo (GHON, 2011, p. 332-334).

A direção cultural “tomando por base o estudo concreto da cultura, dos valores sociais e das instituições na sociedade capitalista” (GRAMSCI, 1929, p.35) é marcada por um passado singular, um concreto presente e um futuro em aberto, que rumam com vistas à libertação das classes subalternas das amarras de um modelo opressor de sociedade. Sendo assim, cabe ressaltar que “todo grupo social tem uma tradição [...] que, compreendendo e justificando todos estes passados, souber identificar a linha de desenvolvimento real [...] cometerá menos erros, identificando mais elementos positivos, sobre os quais apoiar-se para criar uma nova história” (GRAMSCI, 1929, p.35). Com base nessa afirmativa, é premente observar que a história é dinâmica e mutável, a qual os sujeitos que a compreendem e constroem precisam revisita-la para melhor compreender seu presente e projetar o futuro.

Nesse processo, um movimento social se refere à ação dos homens na história, e esta ação envolve um fazer por meio de um conjunto de ideias que motivam e fundamentam a ação (GOHN, 1998). Logo, não bastam as carências para haver um movimento social, elas têm de traduzir-se em demandas que, por sua vez, poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. É o cenário conjuntural, cultural e político do grupo que resultará a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento.

O paradigma que temos construído, denominado de correlação de forças, estrutura-se em fundamentos críticos do funcionalismo e da ordem dominante. Seu ponto de partida é que a sociedade capitalista não é a única alternativa histórica da humanidade, pois se estrutura na exploração da força de trabalho como valor de uso e valor de troca. O Estado capitalista se articula à dominação econômica, mas pressionado pelas lutas dos trabalhadores e lutas sociais, assegura direitos universais e específicos, embora permaneça a desigualdade real (FALEIROS, 2013, p.216).

Nesses termos, as dinâmicas contraditórias do capital “transformam em conflitos com a consciência e organização de classe, que se manifesta nas lutas por transformação de toda a sociedade” (FALEIROS, 2013, p.216). O que se revela é uma relação complexa entre sujeito e estrutura, as relações de poder se organizam e se fundamentam em processos de hegemonia e contra hegemonia.

A dialética opressão-libertação (ou autonomia) significa que a própria mediação do poder nas relações sociais faz com que os indivíduos ou grupos em suas inter-relações vivam contraditoriamente os dois aspectos opostos deste fenômeno. O dominante em sua relação de opressão vive a contra opressão do dominado como uma forma de opressão. A liberdade é uma busca, uma utopia que dá sentido ao viver, mas que de forma absoluta é, sociologicamente, um absurdo (SCHERER-WARREN, 1987, p.8-9).

Muito embora as formas de opressão vividas pelos indivíduos não sejam uniformes, não são sofridas no mesmo grau (SCHERER-WARREN, 1987). No jogo das forças sociais, há indivíduos e grupos privilegiados e desprivilegiados. Por conseguinte, há diversas maneiras de expressar as diferentes formas de contra opressão, através de lutas mais ou menos violentas, reivindicações/manifestações, pressões, apatia ou mesmo alienação. “Este processo de formação de consensos acontece por meio dos pares privados da sociedade civil [...] é a capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tem de construir sua visão de mundo própria sobre o conjunto da sociedade” (BRAVO E CORREIA, 2012, p.134).

Os movimentos sociais geralmente surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população. Em resposta aos movimentos sociais, aparecem as vezes contra movimentos em defesa do status quo. [...] Muitas vezes, as leis ou as políticas sofrem alterações em consequência da ação dos movimentos sociais. Essas mudanças na legislação podem produzir efeitos de amplo alcance (GIDDENS, 2005, p. 357).

Portanto, “quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social” (SCHERER-WARREN, 1987, p.9). Na concepção teórica de movimentos sociais, dentre as principais categorias, pode-se destacar: participação, direitos, cidadania, identidade, exclusão social e coletividades, entre outras. Considerando que “a cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (GOHN, 2012, p. 21). Isto por que os movimentos sociais representam forças sociais organizadas que aglutinam pessoas, seus pensamentos, ideologias, consciências embutidos de uma ação comum. Com a intenção de pontuar acontecimentos assim classificados o item seguinte buscará apontar, no decorrer do processo histórico, alguns dos movimentos sociais que tiveram maior destaque, bem como algumas notas sobre suas repercussões.

3 UMA PONTUAÇÃO DO PROCESSO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os sujeitos, independentemente do tempo, protestam de todas as formas possíveis, por diferentes demandas e necessidades, com maior ou menor intensidade e abrangência. No período da escravidão, com intensa vigilância, os escravos e servos cuspiam na comida de seus senhores, realizavam serviços mal feitos, faziam que não entendiam determinadas ordens, entre outras formas de protestar e resistir. Trabalhadoras mulheres no século XIX, ao protestarem por melhores condições de trabalho, foram carbonizadas em uma fábrica têxtil de Nova York em 1911.

Sem dúvida, esse trágico acontecimento impulsionou a trajetória de lutas feministas e do próprio movimento operário em vários países da Europa e nos Estados Unidos. As jornadas de trabalho de aproximadamente 15 horas diárias e salários baixos introduzidos pela Revolução Industrial levaram as mulheres a greves, para reivindicar melhores condições de trabalho. Durante este período, o trabalho infantil era muito comum nas fabricas.

No Reino Unido e nos Estados Unidos, o movimento feminista tem persistido por longos períodos de quietude, pontuados por ondas de atividade ocasionais. Na Grã-Bretanha, a elegante mobilização pelo sufrágio acelerou-se após 1905, transformando-se em manifestações de rua, incêndios, quebra de vitrines e, em 1909, greves de fome, as quais o governo respondeu com alimentação forçada, procedimento abominável e frequentemente traumatizante. [...] As mulheres britânicas (se tivessem pelo menos trinta anos de idade e possuísem propriedades) ganharam o direito a voto em 1918; as americanas, em 1920 (JASPER, 2016, p. 61).

O movimento feminista se proliferou pelo mundo e se estendeu pelos anos subsequentes, fortalecendo o movimento que na atualidade se vê ramificado com diferentes perspectivas teóricas e ideológicas. Nestes termos, o feminismo demonstra o significado cultural, transmitidos, multiplicados, reafirmados e revisados por novos públicos. “O próprio termo ‘feminista’ foi atacado [...]. E, no entanto, as feministas deixaram no seu rastro amplas mudanças no que as pessoas pensam que as mulheres são e podem fazer” (JASPER, 2016, p. 64). Observa-se que o nome dos grupos, organizações e movimentos dão o tom e a identidade, o objetivo e até a força moral desses.

Outro movimento marcante da década de 60, se deve a greve de trabalhadores que abalou o governo do então presidente da França, Charles De Gaulle, quando estudantes e autoridades da Universidade de Paris - Nanterre, cidade próxima à capital

francesa entram em conflito. Uma onda de protestos se instaura, pedindo reformas no setor educacional. No dia 2 de maio de 1968, a administração decidiu fechar a escola e ameaçou expulsar vários estudantes acusados de liderar o movimento contra a instituição. As medidas provocaram a reação imediata dos alunos de uma das mais renomadas universidades do mundo, a Universidade de Paris - Sorbonne, na própria cidade de Paris. Esse movimento teve como característica a união entre os universitários e os operários que promoveram a maior greve geral já vista na Europa. A participação foi de cerca de 9 milhões de pessoas e, tais manifestações fragilizou e enfraqueceu politicamente o governo do General Charles De Gaulle a ponto de passado um ano, renunciar ao seu mandato.

Os movimentos não cessam, se expandem ao longo das décadas de 60, 70, 80 e 90, considerados na literatura como “novos movimentos sociais”.

Essa diversidade de movimentos – que vão desde movimentos por direitos civis e os movimentos feministas dos anos de 1960 e 1970, até os antinucleares e ecológicos dos anos 1980 e a campanha pelos direitos dos homossexuais da década de 1990 – é normalmente denominado pelos comentadores do tema de **novos movimentos sociais** [...]. Muitos observadores acreditam que os movimentos sociais são um produto exclusivo da recente sociedade moderna, sendo profundamente diferentes, em seus métodos, suas motivações e orientações, das formas de ação coletiva de antigamente (GIDDENS, 2005, p. 358).

Neste sentido, é notória a diferença entre os tipos de movimentos sociais, os quais sempre existirão, pois expressam “resistência ao velho que oprime, e fontes de revitalizadas para construção do novo” (GOHN, 2013, p. 14). Alguns desses movimentos são definidos como conservadores e outros progressistas. O primeiro, orientado por xenofobias nacionalistas, religiosas e raciais; e o segundo, se organizam a partir de uma pauta emancipatória, partindo de uma leitura de realidade social dialética e propondo mudanças a partir dessa (GOHN, 2013).

Em movimentos nacionalistas, com suas ideologias não democráticas, geradoras de ódios raciais e atos de terrorismo e guerras, o terror é utilizado por seus seguidores fanáticos. [...] O que ocorreu em 11 de setembro de 2001 nos estados Unidos é um exemplo. [...] Os movimentos progressistas [...] atuam em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (GOHN, 2013, p. 15).

Essas possibilidades de organizações e manifestações populares contam com instrumentos e rede bem mais estruturadas, as quais captam com mais força sociocultural e política que as condensam. Hoje as múltiplas formas de protestar e resistir calcam-se

em um regime político democrático, em outra conjuntura política, social e cultural, das quais a democracia é um pilar essencial.

A democracia é, para os movimentos, tanto um objetivo quanto um meio. Ela faz muitas promessas (promessas que, mesmo hoje, não foram plenamente realizadas em lugar algum). Oferece proteções em relação a ações arbitrárias da parte do Estado (direitos humanos), assim como diversos direitos políticos: alguma participação nas decisões do governo, ou pelo menos em decisões importantes; alguma responsabilização do Estado por suas ações, e especialmente por seus erros; e alguma transparência no modo como ele toma decisões e age (JASPER, 2016, p. 38).

Discussões acerca das transformações históricas dos movimentos sociais ancoram-se na ideia de que a classe trabalhadora oprimida e explorada de múltiplas formas pela classe dominante, por meio de manifestações de resistência, encontram canais populares para que suas pautas tornem-se reformas efetivas por parte do Estado, com vistas que esse não particularize e direcione ações para atender interesses individuais dos proprietários dos meios de produção.

Evidentemente, as tecnologias e a mídia no século XX e XXI cumprem um papel de destaque, já que as notícias por meio das redes sociais, telejornais e outros se dão de forma instantânea e corroboram para construir uma massificação de ideias, bem como mobilizam em maior número, e de maneira mais rápida, as pessoas em torno de um determinado tema. Esta seara de correlações de forças entre sistema político, mídia, sociedade e demais atores envolvidos na arena de disputas compreendem um campo vasto para pesquisa e precisa ser desvelada, a fim de compreender a renovada dinâmica sociocultural e política, sem estabelecer um ponto final para tais processos.

As novas tecnologias (como a internet) abrem novos espaços de liberdade potencial que podem fazer avançar a causa da governança democrática. Iniciativas no campo da reprodução social podem produzir novos sujeitos políticos que queiram revolucionar e humanizar as relações sociais e cultivar uma abordagem mais esteticamente sensível e satisfatória da nossa relação metabólica com a natureza (HARVEY, 2016, p. 204).

No cenário brasileiro atual, a maneira como as manifestações propagadas por todo o Brasil em junho de 2013 apresentou peculiaridades, tanto na pluralidade de demandas, quanto na maneira de organização e chamamento da população, por meio dos canais virtuais que a juventude e estudantes dispunham para convocar o povo às ruas. Essas foram impulsionadas pela incapacidade deste sistema e dos que comandam para dar conta de demandas e necessidades, objetivas e subjetivas.

O poder e o privilégio oligárquicos da classe capitalista estão conduzindo o mundo todo a uma mesma direção. O poder político, sustentado por uma vigilância, um policiamento e uma violência militarizada que só fazer se intensificar, está sendo usado para atacar o bem-estar de populações consideradas substituíveis e descartáveis (HARVEY, 2016, p. 269).

Diante desse cenário, o Brasil tem vivenciado momentos de intensas lutas e resistências, impulsionadas pela população jovem, que exige mudanças, tanto no que tange ao sistema político brasileiro, como questões referentes a valores que a sociedade insiste em propagar. As bandeiras de luta são diversas, por vezes, até pairando certo “descredito” por parte da sociedade e atores políticos que as utilizam. Muito embora “a crença de que podemos, pelo pensamento consciente e pela ação, mudar para melhor o mundo em que vivemos e também a nós mesmos define certa tradição humanista” (HARVEY, 2016, p. 261).

É notável nas literaturas e nos movimentos sociais “de que existe ao menos a vontade de redesenhar um capitalismo baseado em relações mais sensíveis ecologicamente e em níveis mais elevados de justiça social e governança democrática” (HARVEY, 2016, p. 247). Essa visão mais catalítica que se baseia e se nutre na ação política, propõe superar formas de alienação produzidas pelo “motor econômico do capital” com vistas a (re) dirigir suas energias para uma proposição de resistência ao movimento de sobreposição do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX marcou a história da humanidade por profundas e intensas transformações. Desde a Revolução Russa, seguida da revolução socialista na Hungria e na Alemanha, ambas não vitoriosas, como o fascismo na Itália, nazismo na Alemanha e governos de direita na Espanha e Portugal. Inegavelmente um período excepcional. O século que segue o XXI, não obstante tem se apresentado como um importante “laboratório social”⁴ uma vez que as manifestações, movimentos e rebeliões se metamorfosearam e assumiram novas tendências de articulação, organização, bandeiras de luta e expressão popular. Do Oriente ao Ocidente manifestações de massa vem ocupando os espaços públicos nas ruas e praças das cidades para expressar as diferentes insatisfações com os governos e a gestão da *res pública*, transversalmente com os

⁴ Ricardo Antunes (2018).

modelos de ditaduras ou democracias vigentes. Da Tunísia para o Egito, ao Iraque e Síria; da Espanha (os Indignados) a Portugal; da Grécia para Itália; acompanhado do Reino Unido e depois Estados Unidos (*Occupy Wall Street*) todos esses países vivenciaram manifestações populares contra ao desmonte dos direitos e da destruição da coisa pública.

As expressões dos movimentos sociais ao longo da história dos homens foi tomando tons e formas mais refinadas de manifestação e organização das massas, entretanto, seu núcleo duro, ou seja, a força social de ação coletiva que o mesmo representa permanece, independentemente do tempo ou recursos disponíveis a mesma. Continuam representando uma ameaça aos governos, pois esses são alvos atraentes de protestos. Haja vista que os governos são ainda espaços burocráticos já instituídos, responsáveis por solucionar conflitos e responder aos anseios populares. Muitas vezes, a lógica do Estado se choca com os interesses, demandas e necessidades da população que, por conseguinte, encontra nas forças populares de resistência uma estratégia de contrapor-se a ela.

O Estado, na sua incapacidade de tratar com forças sociais antagônicas, lança mão de meios coercitivos para controlar a massa, ou mesmo, instrumentos legais⁵ forjados para dissipar e amedrontar tais organizações populares. Ou, ainda, “a forma mais atraente de explicar decisões governamentais ruins é ver políticos e burocratas como corruptos que escolhem determinadas políticas por receberem propina e não porque essas políticas beneficiem mais amplamente o povo” (JASPER, 2016, p. 09). Sendo assim, fica o questionamento: o Estado trabalha para si mesmo ou para o povo? Quem é o Estado e que Estado se almeja?

Embora na arena pública existam interesses conflitantes, superar as formas fragmentadas das demandas e suas respostas exige o fortalecimento da gestão pública compartilhada. Na qual os movimentos sociais e as minorias tenham efetivamente suas vozes ouvidas, participando das decisões, como verdadeiros agentes de proposição de políticas públicas. No Brasil as manifestações atuais têm deixado claro que as particularidades e singularidades são pautas de lutas centrais para os movimentos, o que requer estudo permanente por se tratar de conteúdos heterogêneos e polissêmicos como classes, gênero, geração e etnia. É preciso reconhecer que aqueles que vivenciam essas

⁵ Lei Antiterrorismo: LEI Nº 13.260, de 16 de março de 2016.

formas de exclusão ou marginalização são atores essenciais para reflexão e mudanças futuras. É, portanto, nesta perspectiva que se tem a clareza da necessidade de ampliação e aprofundamentos do significado sócio-político dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAVO, Maria Inês S. e CORREIA, Maria Valéria C. **Desafios do controle social na atualidade**. Serviço Social e Sociedade, n. 109. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>>. Acesso em: abril, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, correlação de forças e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KÄRNEN, Hartmut. **Movimentos sociais: revolução no cotidiano**. IN: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais**. IN: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.